



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA

RECOMENDAÇÃO N.º 01 DE 26 DE JANEIRO DE 2026.

Recomenda aos serviços notariais e de registro do Estado de Goiás que adotem medidas preventivas para coibir a prática de abusos relacionados à violência patrimonial, com especial atenção à proteção da mulher em situação de vulnerabilidade.

O CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a competência do Corregedor do Foro Extrajudicial para orientar os serviços notariais e de registro, conforme disposto no artigo 34, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça e da Corregedoria do Foro Extrajudicial (Resolução n.º 287/2025);

CONSIDERANDO que compete ao Corregedor do Foro Extrajudicial editar ou baixar atos administrativos ou normativos necessários ao aperfeiçoamento das atividades notariais e de registro, conforme estabelecido nos artigos 14, II, e 35 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça e da Corregedoria do Foro Extrajudicial (Resolução n.º 287/2025);

CONSIDERANDO a necessidade permanente de atualização das normas editadas pela Corregedoria do Foro Extrajudicial;

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), especialmente quanto à prevenção da violência patrimonial e à proteção da mulher em situação de vulnerabilidade;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preventivas, nos casos de transmissão de imóveis e negociações patrimoniais, que assegurem a igualdade e a proteção dos direitos das mulheres, especialmente no contexto conjugal, evitando abusos e fraudes;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do PROAD n.º 202505000641056;

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar aos serviços notariais e de registro do Estado de Goiás que adotem medidas preventivas para coibir a prática de abusos relacionados à violência patrimonial contra a mulher, com especial atenção àquelas em situação de vulnerabilidade;

Art. 2º Orientar as serventias extrajudiciais a adotarem as seguintes medidas:

I – exigir a declaração de existência ou inexistência de união estável e de casamento, nos casos de transmissão de imóveis por escritura pública, a fim de verificar o estado civil das partes e garantir a proteção de direitos patrimoniais;

II – solicitar, quando houver casamento ou união estável declarada, o comparecimento dos conviventes para assinatura da escritura pública, garantindo que ambos estejam cientes e de acordo com a transação, de modo a prevenir possíveis violações patrimoniais que possam afetar negativamente a mulher;

III – adotar práticas de atendimento humanizado e acolhedor às mulheres em situação de vulnerabilidade, evitando exposição desnecessária, linguagem coercitiva ou qualquer forma de revitimização;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA

IV – nos casos em que exista medida protetiva de urgência vigente entre as partes, abster-se de solicitar o comparecimento conjunto, devendo o ato ser praticado com estrita observância das cautelas necessárias para assegurar a integridade física, emocional e patrimonial da mulher, incluindo:

a) atendimento separado das partes para evitar qualquer forma de contato direto ou indireto;

b) realização de entrevista reservada com a mulher para verificar espontaneidade, manifestação de vontade e inexistência de coação;

c) adoção de ambiente seguro e sigiloso para atendimento, evitando exposição ou risco; e

d) caso haja indícios de ameaça, coação ou risco iminente à mulher, realize comunicação imediata à autoridade policial competente, à rede de proteção local, bem como à Comissão da Mulher Advogada (CMA) da OAB local, orientando a vítima sobre a Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, para acionamento sempre que necessário;

V – identificados indícios de coação, assimetria acentuada de informações, pressão psicológica ou vulnerabilidade evidente, ainda que não exista medida protetiva formalizada, o notário, registrador ou preposto poderá:

a) realizar entrevista reservada com a mulher;

b) adotar cautelas adicionais para verificar a autenticidade e espontaneidade da vontade declarada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL
GABINETE DO DESEMBARGADOR ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA

c) recusar-se a lavrar o ato, quando não houver plena segurança jurídica quanto à livre manifestação de vontade; e

d) orientar a parte acerca das redes de apoio e canais de denúncia disponíveis;

VI – assegurar a preservação da privacidade e do sigilo das informações relativas ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade, garantindo ambiente seguro, discreto e acolhedor;

VII – utilizar linguagem simples, clara e acessível no atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade, evitando termos técnicos desnecessários, postura intimidadora ou abordagem que possa fragilizar a livre manifestação de vontade;

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo devem observar os princípios da livre manifestação de vontade, da dignidade da pessoa humana, da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e da proteção integral da mulher em situação de vulnerabilidade.

Art. 3º Esta Recomendação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Gabinete da Corregedoria do Foro Extrajudicial, em Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Anderson Máximo de Holanda
Desembargador Corregedor do Foro Extrajudicial

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 119832262998 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202505000641056 (Evento nº 69)

ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA
CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL
GABINETE DO CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL
Assinatura CONFIRMADA em 27/01/2026 às 11:13

